

Congresso e democracia

A reabertura do Congresso, após o recesso de julho, recoloca a questão de sua importância no momento político.

O último lance envolvendo o Congresso antes do recesso de julho não deixou uma boa imagem sua junto da opinião pública. Refiro-me ao episódio dos deputados que se utilizaram do sistema de votação eletrônica para fraudar votações. Incidentes deste tipo ocorreram em outras ocasiões, como no final da Presidência de Flávio Marçílio, quando foram contratados centenas de funcionários sem concurso público. Depois, na votação da emenda Dante de Oliveira, o Congresso sofreu grande desgaste, pois rejeitou as eleições diretas para presidente desejadas pela esmagadora maioria da população.

A diferença entre os episódios é que antes se podia jogar todo o peso da culpa ao autoritarismo, enquanto no caso das fraudes na votação eletrônica já não mais existia a situação autoritária. Diga-se que neste episódio, estavam envolvidos deputados de diversos partidos e não apenas do PDS, que deu sustentação ao antigo regime.

Incidentes como estes costumam lançar dúvidas sobre o valor do Congresso para a democracia.

No segundo semestre do ano passado, uma especialista canadense em novas tecnologias de comunicação visitou Brasília, no momento em que se discutia no Congresso a lei de reserva de mercado na área de informática. Nos contatos que manteve, se admirou da importância atribuída ao Congresso entre nós. Estávamos então no auge da luta pela derrubada do regime autoritário. E esta luta na visão de vastos setores da sociedade passava pela devolução ao Congresso de seus poderes. Evidentemente que a especialista canadense, com toda sua lucidez política, não podia compreender esta supervalorização do Congresso. Claro, pois no Canadá o Congresso não é ameaçado, como não existem ameaças aos direitos básicos dos cidadãos. Lá estes direitos são tão naturais como a neve, enquanto para nós são direitos a serem conquistados, como demonstraram no passado recen-

te os regimes militares do Cone Sul com as milhares de vítimas que produziram entre mortos, presos e torturados.

Entre os projetos políticos sustentados pelas diversas forças que atuaram na transição brasileira, podiam-se destacar pelo menos três. O que tentava, sem alterações substanciais, manter o regime autoritário com o Executivo como instituição dominante. O projeto de uma democracia parlamentar, que tinha por objetivo conferir ao Congresso a hegemonia no processo decisório. E o projeto de uma democracia popular, em que não só o Congresso, mas principalmente as diversas organizações da sociedade civil, fossem os centros de poder por excelência. No final, prevaleceu o projeto de democracia de base parlamentar.

O Congresso está longe de ser um organismo representativo da sociedade. Nele não estão adequadamente representados todos os grupos e segmentos da população. O sistema eleitoral vigente permite a influência do poder econômico. Estas circunstâncias dão origem a uma composição do Legislativo onde predominam os interesses das elites. Nem o desejo de uma democracia de base popular nem os vícios de composição do Congresso devem obscurecer o fato básico de que a criação de uma democracia no Brasil passa pelo fortalecimento do Congresso.

A possibilidade de fraude nas votações eletrônicas foi eliminada com a instalação de um dispositivo que obriga o parlamentar a usar as duas mãos na hora da votação. A auto-estima do Congresso deve, no entanto, estar acima da necessidade de se instalar dispositivos como este. Seu comportamento deve estar comprometido com princípios éticos que lhes dêem autoridades para lidar com os grandes problemas que se avizinham, como o das negociações com o FMI, as discussões sobre Constituinte, a redistribuição de renda e tantos outros.

José Salomão Amorim é professor da
Universidade de Brasília
